

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma revisão sistemática na base de dados da SCIELO

AGROECOLOGY AND PUBLIC POLICIES: a systematic review in the SCIELO database

Elenice de Abreu Oliveira¹
Yanca Maria Tavares Rodrigues²
Dalton Melo Macambira³
Antonio Cordeiro Feitosa⁴

RESUMO

A interface entre agroecologia e políticas públicas vem tornando-se uma importante pauta de discussão na sociedade. Nesse sentido, o presente artigo analisou a produção científica sobre agroecologia e políticas públicas realizadas na base de dados da SCIELO. Conforme os critérios estabelecidos de busca, localizaram-se 10 trabalhos produzidos entre 2005 e 2023. Em cada um dos artigos, buscou-se identificar quatro tipos de dados ao longo da análise: 1) título; 2) autores e ano de publicação; 3) periódico e; 4) objetivo. Os resultados obtidos revelaram que a abordagem das políticas públicas voltadas para o campo da agroecologia dialoga com a saúde coletiva, segurança alimentar e nutricional e com os sistemas alimentares, envolvendo as dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômica).

Palavras-chave: Políticas alimentares; Saúde coletiva; Segurança nutricional.

ABSTRACT

The interface between agroecology and public policies has become an important topic of discussion in society. In this sense, this article analyzed the scientific production on agroecology and public policies carried out in the SCIELO database. According to the established search criteria, 10 works produced between 2005 and 2023 were located. In each of the articles, we sought to identify four types of data throughout

¹ Mestranda/Especialista. Universidade Federal do Piauí. E-mail: eleniceabreu8@gmail.com

² Mestranda/Especialista. Universidade Federal do Maranhão. Email: tavaresyanca2019@gmail.com

³ Professor/Doutor. Universidade Federal do Piauí. Email: daltonmacambira@ufpi.edu.br

⁴ Professor/Doutor. Universidade Federal do Maranhão. Email: acfeitos@gmail.com

the analysis: 1) title; 2) authors and year of publication; 3) periodic and; 4) objective. The results obtained revealed that the approach to public policies focused on the field of agroecology dialogues with collective health, food and nutritional security and food systems, involving the dimensions of sustainability (environmental, social and economic).

Keywords: Food policies; Collective health; Nutritional security.

1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas à alimentação e as práticas alimentares do ser humano passaram por transformações advindas do processo de globalização. Nesse contexto, a agroecologia representa uma alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento do campo brasileiro, o agronegócio (Rosa; Svartman, 2018).

A agroecologia é um campo do conhecimento que busca o desenvolvimento de uma agricultura sustentável envolvendo a incorporação do saber científico e local, tendo por fundamento processos ecológicos que constituem os diversos elementos do ecossistema. Sua finalidade consiste em superar as determinações capitalistas por intermédio da construção de um novo paradigma voltado para a ideia de produzir “com a natureza”, remetendo aos conhecimentos agroecológicos e incorporação do funcionamento ecológico preciso para a prática de uma agricultura sustentável (Leff, 2002; IICA, 2006).

A ideia de sustentabilidade aliada aos princípios da agroecologia determina que passemos a compreender a agricultura como um sistema de construção em sociedade e não somente como a introdução de tecnologias industriais que levam a dependência (Caporal; Costabeber, 2000).

A agroecologia foi inserida na agenda brasileira de políticas públicas a partir de 2002, como resultado da trajetória de movimentos sociais, sindicais, profissionais e estudantis que conduziram as discussões e práticas relacionadas à agricultura sustentável. Fundamentando nisso, a agroecologia foi levada para dentro da agenda do Estado, sensibilizando os referenciais que nortearam a construção de políticas públicas voltadas para o setor da agricultura familiar, conforme apontam Nierderle *et al* (2019).

A construção de políticas de promoção da agroecologia resultou na criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) instituída pelo decreto nº 7.794/2012, instrumentalizada pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que objetiva articular e implementar programas e ações indutivas de transição agroecológica e da

produção orgânica e base agroecológica, orientando o desenvolvimento rural sustentável e qualidade de vida da sociedade, por meio da utilização sustentável dos recursos da natureza e da oferta e consumo de alimentos saudáveis para a população (Brasil, 2012).

O interesse em trabalhar com este objeto de pesquisa, especialmente por meio da revisão sistemática de literatura, visa investigar os trabalhos produzidos sobre a agroecologia e as políticas públicas. Em consonância com o que foi exposto, apresenta-se a seguinte questão norteadora: como as políticas públicas voltadas para o campo da agroecologia são apresentadas nos periódicos da base de dados da SCIELO?

Este estudo analisou a produção científica sobre agroecologia e políticas públicas na base de dados da SCIELO. Especificamente, buscou-se identificar os periódicos publicados entre 2005 e 2023 que trabalham a temática em estudo e verificar sua abordagem nos materiais selecionados.

A pesquisa classifica-se como uma revisão sistemática da produção científica encontrada na base de dados da SCIELO (Scientific Electronic Library Online), que é uma plataforma digital de livre acesso, com a publicação online de periódicos científicos em português, espanhol e inglês. Acrescenta-se que o estudo consistiu em quatro etapas metodológicas, sendo elas: a) definição da problemática da pesquisa; b) identificação da base de dados para selecionar os materiais que serão analisados e estratégia de busca; c) seleção dos critérios de inclusão e exclusão para extrair os dados; e d) análise crítica dos documentos selecionados (Sampaio; Mancini, 2007; Galvão; Pereira, 2014).

A definição de estratégia de busca considerou os descritivos “agroecologia” AND “políticas públicas” e os filtros escolhidos para o estudo foram: coleção Brasil, idioma português, tipo de literatura artigo, com recorte temporal entre 2005 e 2023. Posteriormente, foi realizada uma leitura dos trabalhos encontrados, sendo definidos quatro tipos de dados para a realização da análise: a) título; b) autores e ano de publicação; c) periódico; e d) objetivo.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em conformidade com os resultados das buscas na base de dados da SCIELO, destaca-se que foram localizados 10 trabalhos que se encaixavam nos critérios estabelecidos para o estudo, como consta no Quadro 1.

QUADRO 1. Artigos localizados na base de dados da SCIELO entre 2005 e 2023

Título	Autores e ano de publicação	Periódico	Objetivo
Agroecologia e agricultura familiar na região Centro-Sul do estado do Paraná	Renato Linhares de Assis e Ademar Ribeiro Romeiro (2005)	Revista de Economia e Sociologia Rural	Avaliar o uso de técnicas agroecológicas pela produção familiar na região centro-sul do estado do Paraná
Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia	Renato Linhares de Assis (2006)	Economia Aplicada	Apresentar uma opção para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural sustentável com base na agroecologia
O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos	Renato Linhares de Assis e Ademar Ribeiro Romeiro (2007)	Revista de Administração Pública	Analisar os fatores econômicos e políticos que condicionam a evolução de sistemas orgânicos de produção de hortaliças no Brasil, limitando sua difusão em face do potencial existente
Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia	André Campos Burigo e Marcelo Firpo de Souza Porto (2019)	Saúde em Debate	Discutir a trajetória da aproximação entre a saúde coletiva e a agroecologia
Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária	André Campos Burigo e Marcelo Firpo de Souza Porto (2021)	Ciência & Saúde Coletiva	Analisar a relação entre a Agenda 2030, os sistemas alimentares e sua relevância para a saúde global e coletiva
A construção das redes que disputam a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: o PL 6299 versus a Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNaRa)	Joana Tereza Vaz de Moura e Bárbara Maia Lima Madeira Pontes (2022)	Revista Brasileira de Ciência Política	Compreender as formas como se estruturam as relações entre os atores a partir das pautas que reivindicam, identificando suas características e a forma como as relações se estruturam de acordo com certos atributos dos atores
Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas	João Mendes da Rocha Neto (2022)	Saúde em Debate	Discutir a trajetória da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), considerando-a em um contexto de inovação na agenda de políticas públicas, bem como nos elementos que indicam forte possibilidade de sua extinção

Contrapontos e inconsistências do discurso da produtividade do agronegócio e suas externalidades sob a ótica do biopoder	Rafaela Corrêa Pereira, Paula Bernardes Machado e Michel Cardoso de Angelis-Pereira (2022)	Saúde em Debate	Construir um modelo teórico compreensivo tendo como eixo de análise o conceito de biopoder de Foucault, para entender as formas de atuação dos principais atores desse contexto e os impactos associados, trazendo assim contribuições para as discussões de alternativas de modelos sustentáveis, de entraves a serem superados e de possibilidades de atuação
Exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva: o papel da agroecologia como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer	Marcia sarpa e Karen Friedrich (2022)	Saúde em Debate	Apresentar uma revisão narrativa com dados presentes na literatura científica nacional e internacional referentes à associação entre a exposição a agrotóxicos e o desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva e o papel da alimentação saudável e da agroecologia como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer
Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira	Catia Grisa e Silvio Isoppo Porto (2023)	Revista de Economia e Sociologia Rural	Discutir os referenciais que guiaram o desenho e a implementação de políticas alimentares no Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A agroecologia é uma ferramenta que possibilita o desenvolvimento rural sustentável, evidenciando a relevância do apoio do poder público por intermédio de políticas específicas que visem promover práticas agroecológicas que viabilizem esse processo, com enquadramento local (Assis; Romeiro, 2005; Assis, 2006; Assis; Romero, 2007).

O papel que as políticas públicas exercem na construção de uma sociedade com acesso a segurança alimentar e nutricional deve envolver a participação social para discutir a pauta agroecológica como um processo integral e orientado por igualdade, equidade e qualidade de vida.

Burigo e Porto (2019; 2021) apresentam um dialogo recorrente entre agroecologia e saúde coletiva como uma relação que garante segurança alimentar e nutricional, promove o bem estar social e articula os sistemas alimentares com os objetivos da Agenda 2030. Nesse contexto, é importante destacar a necessidade de reflexão acerca do desenvolvimento de estratégias e ações como instrumento de avanço agroecológico para superar dificuldades no âmbito social, econômico e ambiental.

A introdução da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas foi uma

experiência exitosa, mas com fragilidades que precisam ser trabalhadas no âmbito brasileiro. Em consonância, o desenho das políticas alimentares no Brasil foi norteado pelas seguintes fases referenciais: a) 1600-1930, caracterizando-se pelas políticas alimentares sob um referencial de inação; b) 1930 até 1960, com o referencial da alimentação guiado para a nutrição racional; c) 1970 a 1980, por interpretações produtivistas e de abastecimento alimentar; d) nos anos de 1990, pautou-se na eficiência comercial e na focalização socioassistencial; e) entre 2000 a 2015, as políticas alimentares sob um referencial setorial da convivência conflituosa entre o produtivismo e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); e f) a partir de 2014, sob o referencial de desmantelamento das políticas alimentares.

Quando se analisa a trajetória das políticas alimentares no Brasil, observa-se que ela foi definida por limitações e pela instabilidade e descontinuidade institucional dos espaços de governança e das políticas públicas, sendo que somente nos anos 2000, as questões alimentares entraram na agenda governamental, com maior veemência e adquiriram centralidade na estratégia de desenvolvimento.

Sarpa e Friedrich (2022) discutiram que no contexto da saúde coletiva, a exposição humana a agrotóxicos provoca o desenvolvimento de diversos problemas de saúde, incluindo o câncer. Nesse sentido, o papel da alimentação saudável e da agroecologia são fundamentais nas políticas públicas de prevenção ao câncer.

O acesso à alimentação saudável, promoção do bem estar e da saúde coletiva precisam ser discutidos pela sociedade para minimizar a ocorrência da degradação do meio ambiente, perda da biodiversidade e das doenças relacionadas pelo uso indiscriminado de insumos e agrícolas químicos.

Moura e Pontes (2022) chamam a atenção para a discussão em torno de dois moldes de produção de alimentos no Brasil: o agronegócio e o modelo alternativo com ênfase no fortalecimento da agricultura familiar, através da Política de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas tinham como objetivo a garantia da comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar e o debate sobre a segurança alimentar e nutricional, além da reafirmação da relevância da agroecologia. A PAA e o PNAE são dois programas governamentais direcionados para agricultura familiar que inserem novas dinâmicas econômicas e sociais, bem como constroem significados aos agricultores. Todavia, é importante destacar que apesar de sua importância, ainda necessitam de maior atenção do poder estatal para serem executados em conformidade com o que a legislação

aponta.

As autoras enfatizam que com o fim do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2011), e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), a retomada das pautas dos representantes do agronegócio foi possibilitada pelo presidente Jair Messias Bolsonaro que demonstrou posição favorável a esse grupo. Em relação à questão dos agrotóxicos, havia um grupo que era a favor do PL 6. 299 e por um lado, as organizações direcionadas ao meio ambiente, saúde, segurança alimentar e agricultura familiar vêm buscando denunciar esse PL e discutir a Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNARA).

Com base nessas informações, enfatiza-se a opinião pública é de suma importância, pois reflete uma resposta de grupos sociais que não estão satisfeitos com a proposta e tem conhecimento dos riscos que o PL pode ocasionar ao meio ambiente e para a saúde da população.

Tendo em vista que agronegócio é o sistema agroalimentar brasileiro que predomina atualmente, Pereira, Machado e Angelis-Pereira (2022) apontam a agroecologia como um dos caminhos para a construção de modelos sustentáveis que atendam as demandas da sociedade, produzindo alimentos saudáveis para garantir segurança alimentar e nutricional da população. Para isso, devem ser implementadas políticas públicas com o intuito de promover práticas justas e sustentáveis.

Apesar dos avanços significativos no campo das políticas públicas voltados para a agroecologia, é necessário articular ações e iniciativas que promovam o diálogo com a sociedade, divulgação e a viabilidade de experiências exitosas em agroecologia, sistemas agroalimentares sustentáveis.

3 CONCLUSÃO

O artigo analisou a produção científica sobre agroecologia e políticas públicas na base de dados da SCIELO, entre 2005 e 2023. Essa relação é discutida através da interface entre a saúde coletiva, a segurança alimentar e nutricional e os sistemas alimentares, envolvendo as três dimensões da sustentabilidade (ambiental, social e econômica). Isso revela que a agroecologia é um objeto de estudo no campo da saúde pública/coletiva que visa fortalecer a inserção das políticas alimentares no Brasil.

A agroecologia é uma estratégia de desenvolvimento rural, na perspectiva da construção de um modelo de agricultura baseado na sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a agroecologia foram incluídas na agenda de políticas públicas brasileira recentemente e aos poucos vem ganhando notoriedade na sociedade.

Conclui-se que para a agroecologia resulte em um desenvolvimento rural sustentável que garanta a toda a população o acesso à alimentação saudável e de qualidade é importante o diálogo com o poder público para fortalecer as práticas agroecológicas na dimensão socioeconômica, ambiental e política.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Familiar na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 155-177, jan./mar. 2005.
- ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com Base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, jan./mar. 2006.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 863-85, set./out. 2007.
- BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. 2012. Acesso em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 23/08/2023.
- BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, p. 248-262, dez. 2019.
- BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4411-4424, 2021.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento e rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.
- GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, jan./mar. 2014.
- GRISA, C.; PORTO, S. I. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, e259390, p. 1-20, 2023.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). Agroecologia: os vários significados. In: BUAINAIN, A. M.; colaboração de SOUZA FILHO, H. M. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. - Brasília: IICA, 2006. p. 55-60.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002.

MOURA, J. T. V.; PONTES, B. M. L. M. A construção das redes que disputam a regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: o PL 6299 versus a Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PNaRa). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 39, p. 1-37, 2022.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E.; SCHMITT, C. J.; ÁVILA, M. L.; PETERSEN, P.; ASSIS, W. S. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, v. 24, n. 1, p. 270 - 291, jan./abr. 2019.

PEREIRA, R. C.; MACHADO, P. B.; ANGELIS-PEREIRA, M. C. Contrapontos e inconsistências do discurso da produtividade do agronegócio e suas externalidades sob a ótica do biopoder. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 391-404, jun. 2022.

ROCHA NETO, J. M. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 455-466, jun. 2022.

ROSA, M. P.; SVARTMAN, B. P. Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas. **Psicologia Política**, v. 18, n. 41, p. 18-41, jan./abr. 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SARPA, M.; FRIEDRICH, K. Exposição a agrotóxicos e desenvolvimento de câncer no contexto da saúde coletiva: o papel da agroecologia como suporte às políticas públicas de prevenção do câncer. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 407-425, jun. 2022.